



A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CUIDADO DE PACIENTES TRANS

THE IMPORTANCE OF HUMANIZED CARE OF THE NURSING TEAM IN THE CARE OF TRANS PATIENTS

Mariana da Costa Borges

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4826-0832>

Universidade Paulista UNIP, SP, Brasil.

E-mail: maryana.c.borges@gmail.com

Marco Aurélio Ninomia Passos

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9046655386585839>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4231-8941>

Universidade Paulista UNIP, SP, Brasil.

E-mail: marconinomia@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Relatar os benefícios do atendimento humanizado da equipe de enfermagem às pessoas trans nos serviços de saúde. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada e consultada nas seguintes bases eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO); BVS; Google Acadêmico. **Resultados:** Diante da revisão dos artigos selecionados, foi-se entendido que ainda existem várias discriminações ao paciente trans ao ser recebido nos serviços de saúde pela equipe de enfermagem. **Conclusão:** As pessoas trans possuem muitas demandas específicas as quais precisam ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais de saúde, mais precisamente a equipe de enfermagem, diante disso é preciso que a enfermagem tenha uma quebra da visão padronizada e heteronormativa que os profissionais tem.

PALAVRAS-CHAVES: Pessoas transexuais. Equipe de enfermagem. Identidade de gênero. Cuidados de enfermagem. Humanização da Assistência. Pessoas LGBTQIA+.

ABSTRACT

Objective: To report the benefits of the humanized care provided by the nursing staff to transgender people in health services. **Method:** This is an integrative literature review, carried out and consulted in the following electronic databases: Scientific Electronic Library Online (SciELO); VHL; Academic Google. **Results:** In view of the review of the selected articles, it was understood that there are still several discriminations against trans patients when they are received in health services by the nursing team. **Conclusion:** Trans people have many specific demands that need to be respected and accepted by health professionals, more precisely the nursing team, given that it is necessary for nursing to have a breach of the standardized and heteronormative view that professionals have.

KEYWORDS: *Transsexual people; Nursing team. Gender identity. Nursing care. Humanization of Assistance. LGBTQIA + People.*

INTRODUÇÃO

O termo trans é utilizado na designação de um grupo de pessoas que se identificam, em diversos graus, com o gênero e/ou sexo oposto do que nasceram. Atualmente, esse grupo tem conquistado seu espaço na sociedade, conhecendo e lutando pelos seus direitos, desafiando e enfrentando o papel biológico que a sociedade impõe como o correto ¹.

São incontáveis os desafios que uma pessoa trans sofre no cotidiano. No aspecto de atenção à saúde, historicamente, sempre houve impasses para esse determinado grupo, porém, essa população tem ganhando visibilidade e reconhecimento no Brasil ². Um grande marco histórico na saúde ao paciente trans foi a Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina, que dispõe da autorização do exercício médico sobre corpos trans, com finalidade de modificações corporais. Com todas as suas normas e regras, essa resolução, passou a autorizar a oferta de hormonioterapia e cirurgias de alteração fenotípica e genital em hospitais brasileiros públicos ³.

Contudo, socialmente a pessoa trans sofrem e vem sofrendo com desrespeitos à sua identidade, por isso, são distanciados no cuidado e na assistência, infelizmente por estranhamento de si próprios por precisarem de serviços, como também dos profissionais que por muitas vezes são alheios à essa inclusão social ¹. Diante disso, ao precisarem ir aos serviços, não são examinados de forma correta pelos profissionais, os mesmos se encontram desorientados sobre as demandas gerais e específicas que o paciente trans demanda e principalmente, não respeitam o seu nome social ². Consequentemente, o aumento do número de mortes por causas evitáveis vem crescendo à esse grupo e o Brasil lidera o ranking do país que mais mata transexuais no mundo ¹.

É notório que pessoas trans são mais vulneráveis ao maior índice de ingestão de drogas ilícitas e de álcool, taxa de desemprego, quebra de vínculos familiares, não acolhimento nos serviços públicos em geral e nos de saúde, os quais deveriam prezar por um atendimento humanizado ¹. Pessoas trans necessitam de atendimentos específicos de saúde e serviços que dedicam abordagem multiprofissional, atenção à saúde mental, terapias hormonais e cirurgias diversas. Além do mais, são um grupo que partilham de necessidades comuns a qualquer outra pessoa, necessitando da adoção de hábitos de vida saudáveis, prevenção e rastreamento de doenças, tratamento e reabilitação ⁴. Com isso, homens e mulheres trans, em suas particularidades, solicitam ao Estado e aos serviços públicos de saúde tratamentos diferenciados, os atendimentos precisam ser especializados e que entendam suas necessidades de transformação como um todo, visando à humanização e respeito, bem como os demais desdobramentos políticos, estéticos, sociais, econômicos e culturais de seus processos de transição no gênero como componentes de seus processos de saúde e doença ⁵.

A enfermagem, como porta de entrada na saúde primária e protagonista dos serviços de saúde, além de exercer atividades de promoção à saúde e prevenção de agravos à doenças, têm um papel essencial em se apropriar dos conhecimentos necessários para a prestação de cuidados para com esse grupo. Contudo, o despreparo e a falta de humanização desses profissionais, infelizmente, é uma realidade. A enfermagem é a arte do cuidar, se um profissional durante sua formação for devidamente preparado, o serviços oferecidos do mesmo acarretará em resultados

positivos para esse grupo e conseqüentemente todo o seu meio de convívio ³. É necessário preparação dos profissionais de enfermagem para que assim, efetuem um cuidado humanizado para atender a população trans, respeitando a diversidade sexual, de gênero e as demais características das pessoas desse grupo ⁴. A enfermagem é o canal para que as barreiras do preconceito e discriminação, no qual esse grupo passa, sejam rompidas ⁶.

Transexuais precisam ser acolhidos nos serviços de saúde por profissionais qualificados e empáticos, que de forma singular, respeitem e entendam sua condição sexual ou de gênero. Na forma de cuidado humanizado, os enfermeiros precisam entender com urgência a importância da inclusão dessa minoria ⁶.

Nesse sentido, escolha desse tema foi baseada na percepção do despreparo da equipe de enfermagem ao se tratar de um assunto, como diversos outros, tão delicado. Transexuais sofrem desafios constantemente e porque na saúde não seria diferente? A cada dia, pessoas trans estão ocupando seu espaço e buscam ter reconhecimento por sua identidade de gênero, podendo ou não manifestarem o desejo de fazer cirurgia ou iniciar o tratamento hormonal, mesmo que não manifestem esse desejo, pessoas trans precisam ser acolhidas e cuidadas, pois assim como todos, têm e devem saber dos seus direitos. Não é nenhuma surpresa que ainda exista muito despreparo na enfermagem com respeito ao atendimento humanizado. Mas porquê? O que falta?

Portanto, o objetivo deste trabalho foi relatar o que se espera no atendimento humanizado da equipe de enfermagem às pessoas trans nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura que inicialmente teve como propósito avaliar o atendimento da equipe de enfermagem ao grupo de pessoas trans que procuram os serviços de saúde. De maneira sistemática, ordenada e abrangente, permitiu sintetizar resultados de pesquisas, obter informações sobre esse determinado assunto, a fim de constituir um panorama dos conhecimentos produzidos, identificar lacunas e viabilizar a análise crítica, utilização e incorporação dessas informações por profissionais nos cenários de prática ¹.

O presente estudo foi elaborado por meio de seis etapas: 1. escolha do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; 2. estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; 3. definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4. avaliação dos estudos incluídos; 5. interpretação dos resultados; 6. apresentação da revisão/síntese do conhecimento ³.

Para responder à questão de pesquisa “O que se espera no atendimento de enfermagem ao paciente trans no serviço de saúde?” foram consultadas as seguintes bases eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e o Google Acadêmico, durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2020. Foram aplicados os seguintes descritores: Pessoas transexuais; Equipe de enfermagem; Identidade de gênero; Cuidados de enfermagem; Humanização da Assistência, Pessoas LGBTQIA+, sendo estes definidos através dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS).

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em português que estão disponíveis nas bases eletrônicas citadas, publicados entre o período de 2011 a 2020, sem restrição da metodologia utilizada e que tivesse relação direta com os descritores.

Foram adotados como critérios de exclusão: artigos anteriores ao ano de 2014, tendo em vista que os direitos às pessoas trans estão em constante atualização, em

outra língua que não fosse a escolhida e que não tivessem relação com os descritores citados.

A coleta de dados foi realizada de forma qualitativa, analisando cada artigo coletado, buscando avaliar o atendimento qualificado e esperado da equipe de enfermagem ao atender um paciente trans, além de evidenciar os benefícios desse atendimento para que esse grupo venha buscar os serviços de saúde de forma livre e rotineira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca conforme os descritores localizou 6.415 referências na BVS. Após a aplicação dos critérios de inclusão, 6.086 foram excluídos por não estarem na língua portuguesa, 38 por não atenderem o recorte temporal estabelecido (2011-2020), 226 por não estarem na base de dados nacionais e 3 por estarem de forma completa, dos 62 que restaram, foram escolhidos 7 que o artigo tivesse relação com os descritores escolhidos. Na base de dados SciELO foram encontradas 136 referências, 42 foram excluídos por não estarem na língua portuguesa, 16 por não atenderem o recorte temporal estabelecido (2020-2011), 28 por não estarem na base de dados nacionais, dos 50 que restaram foram escolhidos 10 que o artigo tivesse relação com os descritores escolhidos. No Google Acadêmico foram encontrados 105 referências, 104 estavam repetidas em comparação às demais bases, o que levou 1 artigo escolhido nessa base de dados. Sendo assim, 18 artigos foram escolhidos para compor essa pesquisa, sendo 7 da BVS, 10 da SciELO e 1 do Google Acadêmico.

Com base na questão norteadora “O que se espera no atendimento de enfermagem ao paciente trans nos serviços de saúde?” houve categorização de eixos analíticos a seguir delineados: Políticas de Saúde, Demandas Gerais e Específicas de uma Pessoa Trans, Barreiras que o Público Trans Vivência, O Atendimento da Equipe de Enfermagem à esses Pacientes, e Ações da Equipe de Enfermagem que Beneficiam o Público Trans.

Políticas de Saúde

Através de lutas sociais, manifestações e mobilizações, a saúde pública no Brasil foi conquistada pela sociedade civil e classe trabalhadora, que por muitas vezes tinham ausência e negação do Estado ao questionarem sobre seus direitos pela saúde. Dentro disso, o Sistema Único de Saúde - SUS é considerado um grande marco e avanço dentre as conquistas sociais. O grupo LGBT, no final da década de 70, travou uma luta com movimentos sociais em defesa dos seus direitos, lutando pelo rompimento de preconceitos, como também pelo fim das várias formas de violência que são vítimas diariamente ⁷. Então, surge a necessidade de terem seus direitos de forma igualitária ⁸. A partir disso, o grupo LGBT passa a ser um assunto inserido nas políticas de saúde do Brasil ⁷.

A Política Nacional de Saúde LGBT instituída pela Portaria nº 2.836, de 1 de Dezembro de 2011, tem como objetivo promover a saúde e respeito ao grupo LGBT, contribuindo para a redução das desigualdades do SUS. Tal política tem como foco reconhecer as dificuldades que esse grupo passa por conta da orientação sexual e identidade de gênero, que de forma hostil, reflete no processo de discriminação social no qual estão expostos ⁸. Contudo, essas ações não foram integralmente acolhidas no cotidiano dos profissionais de saúde, impedindo o acesso universal à saúde pelos pacientes trans ⁹, contribuindo para o aumento constante da violência e doenças que são expostos ⁷.

Considerando todas dificuldades no acesso ao SUS para transformar seus corpos e as dificuldades socioeconômicas para arcar com a medicina privada ⁵, o Ministério da Saúde criou o Processo Transexualizador por meio de dois importantes documentos: as Portarias GM/MS 1.707 –revogada pela 2.803 de 2013 (3)-, e 457 de 2008 (4). A Portaria 2.803 de 2013 redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS, considerando os recentes avanços tecnológicos em torno da cirurgia de readequação sexual, tendo em vista o desenvolvimento dos territórios quanto à regionalização da saúde e à implementação das Redes de Atenção ¹⁰. A criação do processo transexualizador do SUS é uma criação de grande importância para a população trans brasileira, portanto, são encontrados alguns desafios para gestores e trabalhadores do SUS ³. Outra dificuldade encontrada por pessoas trans foi o constrangimento por parte dos profissionais de não utilizarem o nome social ² que é um direito garantido desde 2009 pela carta de Direitos dos/as Usuários do SUS ¹.

Dessa forma, ao falar sobre os direitos e as políticas públicas de saúde para esse determinado grupo, os profissionais de saúde, mais precisamente a equipe de enfermagem, devem se sentir motivados à pensar diferente, procurando não se limitar nos seus costumes que foram construídos de forma padronizada na sociedade, mas sim, se desafiar à sair da zona de conforto ao atender esse grupo ¹.

Demandas Gerais e Específicas de uma pessoa trans

Ao falar sobre as demandas aos sistemas público e privado de saúde, existe dois tópicos que se destacam nas ações de saúde pública a esses grupos no Brasil: transição de gênero e a prevenção das IST/aids. Até então, as políticas de saúde para pessoas trans/travestis tinham como ação prioritária de prevenção e cuidado em HIV/aids, tendo em vista as altas taxas de prevalência de HIV, relacionadas às práticas no trabalho sexual. Entretanto, análises minuciosas alegavam que essas ações não contemplavam suas demandas por mudanças corporais, como hormônios, próteses e cirurgia de redesignação sexual. Tendo em vista os princípios de equidade, universalidade e integridade somados à pressão do movimento social, tais demandas começaram a ser consideradas no SUS ².

O processo transexualizador no SUS impõe diversos desafios como: patologização da transexualidade como critério de acesso, predomínio da lógica binária de gênero e tempo de espera. Assim, para a transição de gênero, várias pessoas trans contam atualmente com os serviços de saúde disponíveis como com práticas informais, compartilhadas na rede de pares, como a aplicação de silicone industrial assumida pelas bombadeiras e a autoadministração de hormônios ². Essa urgência em fazer procedimentos informais muito tem a ver com o trabalho com prostituição que é uma realidade na vida das pessoas trans, que sentem a necessidade em transformar o corpo para aumentar ganhos financeiros e satisfazer a vontade de seus clientes ³.

De acordo com as condições socioeconômicas, escolaridade, raça e vínculos sociais no qual a pessoa trans passa, o processo de transição se torna complexo, além dos entraves no acesso à saúde, fazendo com que haja resiliência e determinação de quem decide enfrentá-lo ⁴. Existem vários métodos de modificação corporal nos quais pessoas trans passam, uso de hormônio, aplicação de silicone industrial, depilações, cirurgias plásticas, transgenitalização, dentre outros que vão variar de acordo com o desejo das pessoas ⁹. Vale ressaltar que nem toda pessoa trans que está no processo de transição de gênero que chega aos serviços de saúde sente vontade de fazer a redesignação sexual ⁵. Adequar-se a um comportamento, postura, imitação da voz, usar hormônios, enfrentar complicações cirúrgicas, são

fatores que constroem um corpo, nesse sentido, o processo de transição de cada pessoa deve ser respeitada ⁴.

Embora haja um conhecimento sobre o que o Sistema Único de Saúde SUS tem a oferecer às pessoas trans, é grande o número de pessoas que não utiliza o serviço público de saúde, pois são humilhadas e maltratadas nesses locais, dando preferência aos serviços privados. Cabe ressaltar que, a Enfermagem não vem se aprimorando em conhecimentos e habilidades específicas nessas áreas. Além disso, existem as demandas gerais como qualquer outra pessoa, como a prevenção de doenças decorrentes do alcoolismo, sobrepeso, tabagismo e inatividade física, dentre outras. Além de DST, essa população também sofre de transtornos mentais como depressão, pânico, ansiedade entre outros ⁷. As pessoas são singulares em questão de demandas em saúde, o que se faz importante perceber que, no caso de pessoas trans, a redesignação sexual pode ou não solucionar problemas existenciais. Essa visão, se dá pelo fato de estar em uma sociedade padronizada que tem dificuldades de entender o diferente ¹².

Mesmo que no Brasil a saúde seja um direito universal e dever do Estado, pessoas trans necessitam de cuidados e acesso a saúde de forma integral, livre de discriminação nas práticas assistenciais e relações institucionais, se tornando necessário produzir conhecimentos e estratégias para atender às demandas do processo de transição ⁴. Estudos nacionais mostram que a identidade sexual e de gênero não são tratadas com o grau de importância que deveriam ser ¹³. A necessidade do transgênero de fazer parte de um gênero deve ser vista como uma nova construção individualista sobre um grupo que não é aceito ¹⁴.

Barreiras que o público trans vivência

É praticamente impossível falar da produção de um corpo trans sem mencionar saúde e beleza. A construção de um corpo trans se dá através do deslocamento de fronteiras normatizadoras de sexo e de gênero, e resistem ao padrão imposto na sociedade, reinventando novas formas corporais e estilos diversos. Através disso, eles constroem seus corpos com maquiagens, roupas, depilação, silicone industrial, hormônios, cirurgias e quanto mais meios que puderem acessar. De forma exploratória, se abrem à novas possibilidades e não se sentem presas pelo gênero binário ou à heteronormatividade compulsória, embora sintam as dificuldades que elas implicam ¹⁵.

Diversos transexuais trabalham ou trabalharam com prostituição, trabalho no qual é mediador do processo de mudança corporal e quando os hormônios não são rápidos o bastante, recorrem ao silicone industrial. Pode-se observar que a construção do corpo trans está muito mais além do que ter beleza, mas é uma questão de sobrevivência. É notório o risco de morte e adoecimento desse grupo ao serem excluídos do SUS, portanto, são incapazes de desistir da transformação corporal. São inúmeras as pessoas trans que deixam de acessar serviços importantes, como hormonioterapia, cirurgias de mudança de sexo e acompanhamento social e psicoterapêutico, uma vez que essas normas, ao elegerem critérios de acesso como “1) Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2) Maior de 21 (vinte e um) anos; 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia” (CFM, 2010), e de diagnóstico como “1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais” (CFM, 2010), tornam seletivo o acesso aos serviços de saúde oferecidos nos

processos transexualizadores brasileiros, excluindo do Sistema Único de Saúde inúmeros pacientes trans ¹⁵.

Existe também o acolhimento de pessoas trans que não sentem vontade de fazer modificações corporais do sexo. Além de frequentemente terem violados seus direitos ao sigilo, privacidade e direito ao uso do nome social, muitas vezes são impedidos de acessar serviços e procedimentos de um CISTema que não é preparado para atender identidades e corpos não normativos e suas demandas específicas em saúde ¹⁶.

Mesmo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, publicada em 2006, fale sobre o direito de todo cidadão de ter um atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação, na prática, não é o que acontece. Onde era pra ser um local acolhedor, pacientes trans são discriminados. Situações de violência, humilhação, discriminação, levam esse grupo evitar adentrar os serviços de saúde, que conseqüentemente leva a piorar suas condições de saúde. Por muitas vezes, essa discriminação é subestimada, mesmo que seja um fator bastante considerável para exclusão e negação do acesso à saúde. Pessoas trans são distanciadas aos seus direitos, ferindo assim o princípio da universalidade do acesso à saúde ¹⁷.

A patologização da transexualidade é um dos fatores que proporciona sofrimento e adoecimento dessa população, contribuindo para a exclusão social. O diagnóstico dificulta o acesso à saúde e que por muitas vezes é indiferente para pessoas trans, fazendo com que se submetam a esta condição a fim de ter acesso ao Processo Transexualizador. Ao se submeterem a esta condição, perdem o controle do próprio corpo, usando truques, a fim de convencer os profissionais de saúde da autenticidade da sua transexualidade. A ideia da patologia expressa também a necessidade de cirurgia para a adequação de corpos fazendo com que travestis que não possuem essa necessidade sejam ainda mais excluídas ao ter acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, a patologização além de servir como estratégia política, ela exclui diversas pessoas trans dos programas transexualizadores no processo de diagnóstico ¹⁷.

É notório que o acolhimento é inadequado ou não existe na medida em que pessoas trans procuram os serviços e são desrespeitados em diversas formas de transfobia e travestifobia ¹⁷.

O atendimento da equipe de enfermagem à esses pacientes

A enfermagem tem um papel fundamental quando o assunto é saúde, é presente em todo serviço, sendo uma profissão educadora, promovendo proteção e prevenção da mesma. Como protagonista nos serviços de saúde, tem como importante papel se apropriar de conhecimentos necessários para ter um cuidado integral à essa população trans, que por muitas vezes a falta de acolhimento os afasta. Entretanto, uma grande porcentagem desses profissionais são alheios aos direitos de pessoas trans, gerando exclusão dos mesmos, o que leva a levantar uma bandeira com urgência para que atuem num cuidado com visão ampla e respeitosa ao se tratar da singularidade de cada indivíduo ¹.

O desconhecimento de informações primárias pode impactar na morbimortalidade dessa população. Ao se falar do público trans, os profissionais devem ter em mente a alta prevalência da mortalidade e suicídio desse público, por conta do distanciamento, preconceito e discriminação que sofrem ¹. Existe uma imensa vulnerabilidade que os LGBT's estão sujeitos e correndo risco de vida, por isso, a ação da enfermagem é extremamente fundamental para lidar com esse público

⁶.

O julgamento prematuro dos profissionais também promove a homofobia institucional que além de ser um fator de adoecimento desse público, é um problema ético. Diante disso, os próprios usuários recomendam que os/as enfermeiros/as estejam conscientes de que a pessoa atendida pode não ser heterossexual. Ao falar desse pressuposto, o/a enfermeiro/a não trata o indivíduo a partir da sua individualidade na qual o próprio SUS aponta ⁶. Para isso, é necessário considerar a ampla diversidade sobre identidade de gênero e que ela faz parte no processo de saúde doença ¹.

A transexualidade é algo real e precisa ser respeitada para que os cuidados necessários sejam atendidos, cabendo o/a profissional enfermeiro/a desenvolver práticas educativas, de acolhimento, que ultrapassem a visão de cura da doença, a visão patológica e o modelo biomédico. É um público muito incompreendido que fogem a regra social dos princípios do SUS ¹⁴. Com base nisso, se deve garantir o acesso universal e contínuo, acolher, vincular e entender o usuário no cuidado em saúde é tarefa primordial da Enfermagem ¹. Precisam se apropriar em conhecer as necessidades das pessoas trans, ouvi-las, compartilhar vivência e saberes sobre o que entendem e percebem e assim, prestar o cuidado necessário ⁴.

Para os profissionais de saúde, é um desafio assistenciar um paciente trans, pois possuem pouco conhecimento ao falar desse grupo ¹⁴. É notório que há uma necessidade urgente do chamado “discurso acadêmico” dentro do currículo de Enfermagem sobre as pessoas LGBT, em especial do grupo trans. Dessa forma, é preciso que na formação do profissional de enfermagem seja discursado sobre identidade de gênero, sexualidade, gênero e sexo ¹. para que seja atendido de forma eficaz com o olhar amplo do que o paciente está demandando naquele momento ¹. Assim, se faz importante o conhecimento científico acerca da assistência de enfermagem ao público trans ². Portanto, os profissionais por muitas vezes acham um assunto polêmico e deixam com que seus próprios valores e crenças se distanciam desse cuidado ¹⁴.

Geralmente, a equipe de enfermagem é limitada ao entender as categorias de identidade sexual, o que pode causar uma inutilidade na prestação de serviços, sendo assim, os mesmos não levam em conta as questões de sexualidade em usuários LGBT devido à falta de conhecimento e ao treinamento deficiente ¹. Cabe ressaltar que na portaria 2.803/2013 a Enfermagem não consta na equipe. Diante disso, esse fato pode ter relação com o desconhecimento da equipe acerca desse assunto. O papel da enfermagem deve perpassar suas próprias crenças e valores, respeitando diferenças e refletindo sobre os padrões heteronormativos, garantindo assim, humanização no atendimento, orientando paciente trans dos seus direitos e deveres ⁶.

Ações da equipe de enfermagem que beneficiam o público trans

É essencial que essa temática seja discutida em salas de aula, em espaços educacionais, em educação continuada ou em pesquisas para que os sistemas de saúde sejam valorizados, acessíveis e humanizados ¹⁴. Durante a formação profissional e educação permanente é preciso que haja uma discussão sobre a assistência à saúde. É necessário criar diálogos entre o paciente trans e o/a enfermeiro/a, e através disso abrir oportunidade de um atendimento e acolhimento digno que compreenda a sua complexidade e particularidade, gerando resultados positivos na atenção do público trans ¹⁴.

A prática educativa do profissional de saúde deve buscar melhorar a qualidade de vida dessa população ao superar desigualdades sociais, portanto, o profissional

tem uma responsabilidade social de que compreender essa temática é de tamanha importância tanto para a prática social como para a melhora da assistência como um diferencial. Nesse sentido, o enfermeiro deve se atentar à assistência digna com o público trans. Outra questão importante, é o vínculo do enfermeiro com outros profissionais de saúde, isso contribui efetivamente no desenvolvimento de suas habilidades nos serviços ¹⁴.

Nessa perspectiva, analisando a ideia de que o acesso não garante qualidade, é preciso pensar qual o caminho das pessoas trans pelos serviços públicos de saúde, e o que pode auxiliar na compreensão dos efeitos das práticas reproduzidas nesses espaços causam na vida de tais pessoas. A partir do encontro entre o trabalhador e o usuário, o cuidado acontece facilitando a criação de vínculos terapêuticos. Assim é ampliado as possibilidades construção de novos valores e relações ¹⁸.

Sobre as questões da saúde da população trans especificamente, o cuidado a esse grupo atualmente trás algumas recomendações: o aprimoramento do processo transexualizador, pondo em prática a sua universalização; a garantia de uso do nome social nos serviços de saúde pública e nos documentos e formulários relativos ao SUS; investimento em pesquisas que tragam avanços tecnológicos e terapêuticos a essa população; uso de banheiros e enfermarias que sejam correspondentes à identidade de gênero da pessoa; inclusão dos campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos formulários e prontuários e sistemas do SUS; e o acompanhamento no uso e no tratamento de possíveis agravos em saúde decorrentes da hormonioterapia e da utilização de próteses de silicone ¹⁸.

Essas mudanças são fundamentais para que essa população seja reconhecida, bem como para a consolidação de um cuidado para além das doenças, havendo preocupação com a promoção de saúde e as complexidades que desenvolvem esse processo. Contudo, apesar da necessidade e da importância que as mudanças nas políticas públicas representam, elas por si só não são suficientes, visto que a maior mudança se encontra no cotidiano dos serviços de saúde. É necessário que os trabalhadores do SUS estejam preparados para atender e receber tais demandas, tendo o total cuidado para não reproduzir o preconceito e a discriminação que acomete tal população no cotidiano de seus trajetos pessoais ¹⁸.

Ao produzir o cuidado em saúde, deve-se caminhar junto, no sentido de ajudar pessoas trans a ampliar seus conhecimentos e direitos. Assim, é necessário ampliar o olhar e a escuta, permitindo que a complexidade da vida das pessoas trans invada as unidades de saúde, integrando a forma como os profissionais desses locais enxergam a experiência transexual. Isso implica colocar esses usuários em um outro lugar, em uma nova posição: “a protagonista na produção de sua saúde e no encontro com os trabalhadores de saúde”. Esses encontros são importantes no empoderamento de pessoas trans ¹⁸.

CONCLUSÃO

Ao revisar os artigos escolhidos para essa pesquisa, concluiu-se que as pessoas trans possuem muitas demandas específicas as quais precisam ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais de saúde, mais precisamente a equipe de enfermagem já que são porta de entrada na atenção básica de saúde. Porém, existe uma fragilidade desses profissionais sobre essa diversidade sexual e de gênero.

Contudo, o despreparo e discriminação dos/as enfermeiros/as, podem ser enfrentados e eliminados a partir da inclusão desse assunto e de pessoas trans, com vivências reais, na formação desses profissionais e a quebra da visão padronizada e

heteronormativa que os profissionais tem. É necessário, que além do enfermeiro ser profissional, ele seja humano, empático e trate esses pacientes com igualdade.

Assim, através do atendimento completamente humanizado, que os pacientes trans devem ter pois tem o direito como qualquer pessoa que demanda de atendimentos comuns, e das políticas públicas específicas para esse grupo, transexuais e travestis irão procurar os serviços de saúde sem medo e receios de serem destratados, tendo em vista que através da incompetência da equipe de enfermagem, eles são afastados dos serviços, procurando somente em casos de emergência.

Diante disso, esse estudo pretende fazer com os enfermeiros reflitam e se sensibilizem ao assistir pessoas desse grupo tendo em vista que existem vários benefícios ao tratar um paciente trans da forma que merecem.

REFERÊNCIAS

1. Maria AS, Vitória AAS, Cristina MMC, Ladeira JG. O olhar da enfermagem na assistência à pessoas trans (t3). *Revista Enfermagem*. 2019. 21(8): 85-105.
2. Monteiro S, Brigeiro M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*. 2019. 35(4).
3. Rocon PC, Sodré F, Rodrigues A, Barros MEB, Wandekoken KD. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. *Interface (Botucatu)*. 2019. 23: 1-14.
4. Rosa DF, Carvalho MVF, Pereira NR, Rocha NT, Neves VR, Rosa AS. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2019. 72: 311-319.
5. Rocon PC, Sodré F, Zamboni J, Rodrigues A, Roseiro MCFB. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface (Botucatu)*. 2018. 22(64): 43-53.
6. Gonçalves MJR, Lustosa GR. Análise do Conhecimento de Enfermeiros Relacionados à Assistência à População LGBT. *Revista JRG De Estudos Acadêmicos*. 2019. 2(5): 226-239.
7. Mello L, Perilo M, Braz CA, Pedrosa C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. 2011(9).
8. Querino MS, Almeida SS, Oliveira SCS, Umann J, Filho I. Ações da Equipe de Enfermagem na Implementação da Política de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*. 2017. 6(1): 46-58.
9. Rocon PC, Rodrigues A, Zamboni J, Pedrini MD. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016. 21(8).
10. Souza J, Lacerda T, Manchola CC, Garrafa V. O Processo Transexualizador no SUS - implicações bioéticas. *Revista Brasileira De Bioética*. 2013. 9: 34-53.
11. Filho I. Alves C, Gonçalves M, Carvalho FF, Viana L, Alves P. O papel da enfermagem no rompimento dos preconceitos LGBT nos serviços de saúde. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*. 2019. 18(3): 242-245.
12. Hanauer OFD, Hemmi APAC. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. *Saúde em Debate*. 2019. 43(8).

13. Oliveira SR, Santos MM, Correia AS, Santos RAS, Afonso TM. O Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família e o Cuidado à População LGBT. *International Nursing Congress*. 2017. 1(1): 9-12.
14. Duarte D, Queluci G, Ferreira H, Chrizostimo M. A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans. *Research, Society and Development*. 2020. 9(4).
15. Rocon PC. (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. *Saúde e Sociedade*. 2017. 26(2): 521-532.
16. Gomes R, Murta D, Facchini R, Meneghel SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018. 23(6): 1997-2006.
17. Rocon PC, Wandekoken KD, Barros ME, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à Saúde pela População Trans no Brasil: Nas Entrelinhas da Revisão Integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*. 2019. 18(1).
18. Oliveira I, Romanini M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde e Sociedade*. 2020. 29(1).